



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA
AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4713
CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

PROJETO DE LEI Nº 1.811, de 27 de maio de 2021.

Altera disposições da Lei Municipal nº 3.036/2018.

Lei nº _____

Sancionada em ____/____/____



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 1.811/2021

**Exmo. Sr. Presidente,
Exmos. Srs. Vereadores.**

Encaminho a esta Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que tem por objeto alterar a redação do art. 28 e o § 4º do art. 87 da Lei Municipal nº 3.036, de 29 de janeiro de 1918, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de João Neiva, da Câmara Municipal, das Autarquias e das Fundações Municipais.

O art. 28 da Lei Municipal nº 3.036/2018 refere-se à composição da Comissão de Avaliação de Desempenho, que irá avaliar os servidores em estágio probatório, que, até o momento, determina que o grau de escolaridade dos servidores que compõem a referida Comissão deve ser igual ou superior à do avaliado, conforme descrito abaixo:

Art. 28. A avaliação dos servidores públicos será feita por uma Comissão de Avaliação de Desempenho, composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) servidores públicos efetivos, de escolaridade semelhante ou superior à do avaliado, a qual será instituída por ato da Autoridade Competente.

A determinação constante no art. 28, descrito acima, com relação à escolaridade dos membros da Comissão de Avaliação de Desempenho inviabiliza o processo de avaliação, tendo em vista que a maioria dos servidores possuem apenas o nível médio.

Vale ressaltar que a Comissão de Avaliação de Desempenho se baseia nos dados apresentados pela chefia imediata, registrados no Instrumento de Avaliação de Desempenho Funcional do Servidor em Estágio Probatório, juntamente com o disposto nos artigos 27 a 34 da Lei Municipal nº 3.036/2018 e o Decreto nº 7.816/2021, para, assim, concluir a aptidão do servidor no desenvolvimento de suas funções, uma vez que, por não atuar diretamente com o servidor, não tem conhecimento das atividades desenvolvidas pelo mesmo. A avaliação do servidor é ato do gestor, pois é a ele subordinado e aferido o seu comportamento.

Quanto a alteração do § 4º, art. 87, da referida Lei, esta se faz necessária apenas para trazer clareza quanto a data de pagamento e início da contagem do prazo de quinquênio.

Na forma da alteração proposta, fica claro que o servidor terá até 30 (trinta) dias para requer o quinquênio, após completar o período aquisitivo, sem prejuízo financeiro, porém, se o requerimento for protocolado após este prazo, os efeitos financeiros vigorarão a partir da data de protocolização do pedido.

Por fim, submeto o presente Projeto de Lei à consideração de Vossa Excelência e Ilustres Pares, para apreciação e posterior aprovação da matéria.

Gabinete do Prefeito do Município de João Neiva/ES, em 27 de maio de 2021.


Paulo Sérgio De Nardi
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 1.811 de 27 de maio de 2021.

**Altera disposições da Lei
Municipal nº 3.036/2018.**

O **Prefeito do Município de João Neiva**, Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 28, da Lei Municipal nº 3.036, de 29 de janeiro de 1918, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de João Neiva, da Câmara Municipal, das Autarquias e das Fundações Municipais, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. A Comissão de Avaliação de Desempenho será composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) servidores públicos efetivos e estáveis, a qual será instituída por ato da Autoridade Competente.

Art. 2º. Fica alterado o § 4º do art. 87, da Lei Municipal nº 3.036, de 29 de janeiro de 1918, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º. O servidor público efetivo deverá protocolar requerimento solicitando o adicional por tempo de serviço até 30 (trinta) dias após completar o período aquisitivo, após esta data, os efeitos financeiros vigorarão a partir da data de protocolização do pedido.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de João Neiva/ES, em 27 de maio de 2021.


Paulo Sérgio De Nardi
Prefeito Municipal



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DE JOÃO NEIVA**

FOLHA Nº

PROJETO DE LEI Nº **1.811/2021**

RÚBRICA.....

Ao Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de João Neiva para inclusão, em pauta da sessão ordinária e consequente apreciação dos Exmos. Srs Vereadores.

Em, 27 de maio de 2021.


Paulo Sérgio De Nardi
Prefeito Municipal

